

Fuga da Penitenciária Federal de Mossoró: ineditismo e crise comunicativa¹

Celly Sayonara Soares MAIA²

Lilian Carla MUNEIRO³

Resumo

Este artigo analisa a gestão de crise realizada pelo Governo Federal diante da primeira fuga registrada na Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Mossoró (RN), ocorrida em fevereiro de 2024. O episódio rompeu com a narrativa de invulnerabilidade do sistema penitenciário federal e mobilizou autoridades, imprensa e sociedade. A investigação adota abordagem qualitativa, com base em análise de conteúdo, centrando-se na primeira coletiva de imprensa e em sua repercussão midiática. Fundamentado nos referenciais de Duarte (2011), Kunsch (2003) e Marchiori (2006), o estudo discute os desafios da comunicação pública em contextos de crise, refletindo sobre os sentidos produzidos e os efeitos simbólicos dessa narrativa institucional.

Palavras-chave

Comunicação pública; Gestão de crise; Sistema penitenciário; Mídia.

Introdução

Crises institucionais, especialmente aquelas vinculadas à segurança pública, demandam uma gestão comunicacional pautada na precisão, transparência e responsabilidade social. Em contextos de elevada exposição midiática, como o ocorrido na madrugada de 14 de fevereiro de 2024, tais exigências tornam-se ainda mais urgentes. Na ocasião, o sistema penitenciário brasileiro foi surpreendido pela primeira fuga registrada na história de uma Penitenciária Federal de Segurança Máxima, situada no município de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte. O episódio mobilizou não apenas as forças de segurança pública em escala nacional, mas também gerou ampla cobertura jornalística local e nacional, além de intensificar os questionamentos da sociedade civil sobre a eficácia do Estado na condução de políticas públicas de segurança.

Diante da gravidade e do caráter inédito do ocorrido, este trabalho propõe uma análise da gestão da comunicação pública durante a primeira coletiva de imprensa promovida pelo Governo Federal. O foco está no papel da informação institucional enquanto ferramenta estratégica de mediação com a sociedade, considerando a

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista no Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema. Bacharel em Jornalismo e Radialismo pela UFRN e mestranda em Estudos da Mídia na UFRN, e-mail: cellysara@gmail.com.

³ Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP. É Professora Associada do Departamento de Comunicação da UFRN e docente no PPGEM da mesma instituição. E-mail: lilianmuneiro@gmail.com

repercussão da imprensa e a centralidade do discurso oficial na construção dos sentidos atribuídos ao episódio. A proposta analítica reconhece a complexidade dos processos comunicacionais em contextos de crise, nos quais a transparência e a agilidade institucional tornam-se pilares fundamentais para a preservação da confiança pública.

No dia seguinte à fuga, em 15 de fevereiro de 2024, o secretário nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), André Garcia, concedeu entrevista coletiva em Mossoró (RN) para informar as medidas adotadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública na tentativa de capturar os dois detentos que escaparam da unidade. A resposta institucional visava mitigar os impactos simbólicos e práticos do ocorrido, enquanto os fugitivos, Rogério da Silva Mendonça, de 35 anos, e Deibson Cabral Nascimento, de 33 anos, permaneceram foragidos por cinquenta dias, sendo localizados apenas em abril, no município de Marabá, no Pará, a aproximadamente 1.600 km da penitenciária de origem no nordeste. Os detentos abriram passagem por um buraco atrás de uma luminária e cortaram duas cercas de arame usando ferramentas de uma obra que ocorria no local para escapar.⁴ O presente artigo propõe refletir sobre os sentidos produzidos no campo comunicacional ao longo da crise, com especial atenção à atuação da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) como protagonista institucional nesse processo.

A análise concentra-se no discurso oficial proferido durante a coletiva de imprensa e na forma como as informações foram repercutidas pela mídia. Busca-se observar as estratégias de comunicação utilizadas e compreender de que maneira a comunicação pública pode (ou não) desempenhar um papel de mediação qualificada entre o Estado e a sociedade em momentos de alta tensão. Ao considerar os efeitos simbólicos do discurso institucional e sua articulação com a imprensa, o estudo reafirma a importância de uma abordagem ética, dialógica e comprometida com o interesse público e com a verdade.

Esta comunicação que apresentamos reflete parte da investigação em andamento sobre os processos de comunicação pública em torno da referida fuga. O foco deste recorte inicial concentra-se na análise da primeira coletiva de imprensa promovida pelo Governo Federal, realizada no dia 15 de fevereiro de 2024, e nos desdobramentos dessa ação comunicacional na imprensa. Entende-se que este momento simbólico representou

⁴ Disponível em: <https://exame.com/brasil/o-que-se-sabe-ate-o-momento-sobre-a-fuga-no-presidio-de-seguranca-maxima-em-mossoro/>. Acesso em 22 de junho de 2025.

o esforço estatal em reagir publicamente à crise e em estabelecer um enquadramento oficial sobre os fatos.

Comunicação pública e crises institucionais na era da hiperconectividade

A revisão teórica realizada evidenciou que, embora existam estudos consolidados sobre estratégias de comunicação de crise em organizações privadas, observa-se uma escassez significativa de pesquisas voltadas à análise do gerenciamento de crises em instituições públicas federais, especialmente no que se refere à atuação comunicacional de órgãos governamentais. Além disso, nota-se uma carência de investigações que explorem a forma como a mídia contribui para a construção social da crise e influencia a percepção pública sobre esses eventos.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender a complexidade do ecossistema midiático contemporâneo, marcado pela ubiquidade da internet e das redes digitais. O acesso constante à informação, mediado por dispositivos móveis, transforma a velocidade, a dinâmica e o alcance da comunicação entre Estado e sociedade. Como aponta Gabriel (2012), “a quarta tela, dos dispositivos móveis, nos liberta dos cabos e fios para interagir a partir de qualquer lugar, em qualquer tempo, com mobilidade, nos conectando a tudo e a todos”. Essa conectividade contínua impõe novos desafios à comunicação pública, especialmente em contextos de crise, quando a rapidez da informação pode ser acompanhada por ruídos, desinformação ou abordagens sensacionalistas por parte de determinados setores da mídia.

A exploração midiática da violência, muitas vezes guiada por interesses diversos e narrativas alarmistas, evidencia a urgência de uma comunicação pública eficaz, massiva e responsável. Em contraponto a essas práticas, os órgãos públicos devem adotar estratégias comunicacionais pautadas na transparência, ética e proatividade, assegurando que as informações de interesse coletivo sejam disseminadas de forma clara, acessível e tempestiva. O fortalecimento da confiança entre instituições e sociedade depende, em grande medida, da qualidade da informação compartilhada e da capacidade do Estado de dialogar com seus diferentes públicos em múltiplas plataformas, sem perder a coerência e o foco.

A comunicação pública, portanto, não pode ser compreendida de maneira restrita à emissão de mensagens institucionais. Conforme Marchiori (2006), é necessário estimular permanentemente os processos comunicacionais e gerenciar as relações

internas e externas das organizações públicas, tendo como horizonte os interesses coletivos. Isso implica reconhecer o direito do cidadão de acessar, compreender e interagir com as informações que lhe dizem respeito, inclusive aquelas que não busca por desconhecimento de sua existência. Trata-se de construir canais e práticas comunicacionais que ampliem o espaço público de escuta e participação social.

Nessa direção, Kunsch (2003) conceitua a comunicação institucional como um conjunto de procedimentos voltados à difusão de informações de interesse público, que tornam compreensíveis as filosofias, políticas e práticas das organizações. Essa perspectiva é ampliada por Duarte (2011), ao afirmar que a comunicação pública deve considerar os diferentes agentes sociais envolvidos, jornalistas, cidadãos, legisladores, reconhecendo seus papéis distintos na sociedade e, conseqüentemente, na construção comunicacional. O desafio das instituições reside, assim, em comunicar-se com múltiplos públicos, em diversos canais, sem diluir suas mensagens ou comprometer sua credibilidade.

Metodologia

A escolha por essa abordagem se justifica pela necessidade de compreender os sentidos produzidos no campo da comunicação pública diante de uma situação crítica e inédita, marcada por forte repercussão midiática e significativa mobilização institucional. O foco recai sobre o discurso oficial proferido pelo secretário durante a primeira coletiva realizada no dia 15 de fevereiro de 2024, bem como nas matérias jornalísticas publicadas em portais de grande circulação nacional e regional. A pesquisa abrangeu a análise de aproximadamente 9 publicações veiculadas por 6 veículos distintos, incluindo G1, CNN Brasil, Agência Brasil, Folha de S.Paulo, Gazeta do Povo e TCM Notícia, dentro do recorte temporal delimitado de 14 a 16 de fevereiro de 2024, abrangendo os dias imediatamente subsequentes à fuga e à realização da coletiva.

Para a sistematização e interpretação dos dados, utiliza-se a análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que compreende um conjunto de técnicas destinadas a identificar, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, os significados presentes nas mensagens comunicacionais.

A análise busca observar como os discursos institucionais foram construídos e mobilizados para restaurar a confiança da sociedade e conter os danos à imagem do Governo Federal. Assim, a presente etapa da pesquisa estuda o modo como o Estado

tentou reposicionar sua autoridade simbólica após a ruptura na narrativa de controle absoluto do sistema penitenciário federal e como esse esforço foi mediado e noticiado pela imprensa

Análise e resultados preliminares

Ao incorporar os conceitos de Newsmaking, agenda-setting e framing, a pesquisa investiga como a mídia local e nacional construiu as narrativas sobre a fuga e a resposta governamental. Essa análise permite compreender como a mídia molda percepções sociais e influencia a opinião pública, oferecendo subsídios para reflexões sobre o papel do jornalismo em situações de alta exposição midiática.

Os resultados preliminares da análise indicam que, na coletiva de imprensa (transmitida ao vivo por portais como G1 Política e G1 RN), o discurso oficial da SENAPPEN, proferido pelo Secretário André Garcia, buscou, prioritariamente, reafirmar o controle e a eficiência do sistema penitenciário federal, apesar do ineditismo da fuga. Observou-se a ênfase em medidas imediatas de recaptura e na responsabilização dos envolvidos, visando a mitigar o impacto simbólico da falha de segurança e assegurar a 'normalidade' da situação (conforme veiculado, por exemplo, pela Agência Brasil ao citar o secretário descartando novas fugas). A coletiva representou um esforço do Estado em enquadrar oficialmente os fatos e sua resposta inicial à crise.

Paralelamente à narrativa oficial, a imprensa desempenhou um papel crucial na divulgação da fuga, construindo suas próprias narrativas através de matérias, reportagens e, notavelmente, entrevistas subsequentes com especialistas e fontes não oficiais. A análise do conteúdo jornalístico (presente em veículos como CNN Brasil, Gazeta do Povo e Folha de S.Paulo) revelou uma polarização na cobertura: enquanto alguns veículos reproduziram o discurso governamental sobre as medidas de contenção, outros intensificaram o questionamento sobre a 'invulnerabilidade' do sistema. Esses veículos focaram nos detalhes da fuga, na extensão da mobilização das forças de segurança e nas possíveis falhas de segurança, como a investigação da saída pela luminária (Gazeta do Povo) ou a contextualização do funcionamento restrito dos presídios federais (Folha de S.Paulo) em contraste com o evento. A forma como a imprensa divulgou os fatos, por vezes buscando ângulos mais críticos ou detalhistas do que o comunicado oficial, criou narrativas concorrentes que desafiaram a autoridade simbólica do Estado e impactaram a

percepção pública. Essa dinâmica complexa evidencia os desafios da comunicação pública em um cenário de crise, onde a agilidade e a transparência são confrontadas com a diversidade de vozes midiáticas e o potencial para o sensacionalismo, afetando a confiança institucional

Conclusão

Este estudo, ainda em andamento, demonstra que a cobertura midiática influencia significativamente a percepção pública sobre a eficiência da resposta governamental, e uma abordagem sensacionalista pode intensificar a percepção de insegurança. Este trabalho não se propõe a julgar ou apontar culpabilidades, mas sim a refletir, de forma crítica e fundamentada, sobre os desafios e possibilidades da comunicação pública em cenários de crise.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia: Teoria e técnica**. São Paulo: Atlas, 2011.

GABRIEL, Mauro Wilton de. **A quarta tela: um olhar sobre o novo consumidor**. São Paulo: Atlas, 2012.

KUNSCH, Margarida M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

MARCHIORI, Marlene. **Cultura e comunicação organizacional**. 1. Ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2006.